

Brasil no Haiti: o discurso na marcação de um lugar identitário

Brazil in Haiti: the discourse in marking an identity place

Alan Tocantins Fernandes

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI-MT)

RESUMO

Nos filiamos à Análise de Discurso francesa para investigar o modo de funcionamento da linguagem em relação à constituição e/ou manutenção da identidade brasileira nos discursos em torno da presença do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Delimitamos nosso *corpus* a partir de recortes de discursos que circularam entre os anos de 2004 e 2017 – período de duração da missão. Examinamos os elementos que determinam o sujeito do discurso, como este se apoia no imaginário para mobilizar a memória discursiva. Observamos como a regularidade e o efeito de homogeneidade se fazem presentes neste espaço discursivo, sustentando discursivamente uma projeção imaginária do Brasil como um país pacífico e solidário, assegurada por posições-sujeito interpelladas ideologicamente. Múltiplos efeitos de sentido são determinados pelo lugar discursivo, a partir do qual o sujeito enuncia, e mobilizados em torno de uma formação discursiva dominante que eleva o efeito desta homogeneidade imaginária, resultando no apagamento/ocultamento de uma heterogeneidade de discursos.

Alan Tocantins Fernandes

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Desenvolve pesquisas em aquisição de língua estrangeira e análise de discurso. Professor de Letras na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI – Cuiabá-MT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8387-5763>

Recebido em:

03/10/2025

Aceito em:

31/05/2025

AGOSTO/2025

ISSN 2317-9945 (On-line)

ISSN 0103-6858

p. 52-66

PALAVRAS-CHAVE

Memória discursiva. Identidade. Imaginário político. MINUSTAH.

ABSTRACT

We align ourselves with French Discourse Analysis to investigate the functioning of language in relation to the constitution and/or maintenance of Brazilian identity in the discourses surrounding Brazil's presence in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). We delimit our *corpus* based on excerpts from discourses that circulated between 2004 and 2017 - the duration of the mission. We examine the elements that determine the subject of the discourse, how it relies on the imaginary to mobilize discursive memory. We observe how regularity and the effect of homogeneity manifest in this discursive space, discursively sustaining an imaginary projection of Brazil as a peaceful and supportive country, guaranteed by ideologically interpellated

subject positions. Multiple effects of meaning are determined by the discursive place from which the subject enunciates, and mobilized around a dominant discursive formation that elevates the effect of this imaginary homogeneity, resulting in the erasure/concealment of a heterogeneity of discourses.

KEYWORDS

Discursive memory. Identity. Political imaginary. MINUSTAH.

Introdução

Neste trabalho, refletimos sobre o funcionamento do discurso à volta da identidade brasileira e a sua representação política no cenário mundial. Sob uma ótica de que a construção social da identidade acontece sempre em um contexto de relações de poder, resolvemos investigar os discursos que versam sobre a possível constituição identitária observada na realização linguística em enunciados sobre a participação do Brasil, no que foi denominada a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) entre 2004 e 2017 – período de duração da missão em que o Brasil coordenou e contribuiu com esforços de estabilização naquele país.

Historicamente, a “experiência brasileira” tem sido marcada pelo colonialismo – passado e presente – e seus diversos antagonismos: casa grande e senzala, centro e periferia, dependência e autonomia etc. Essa trajetória não parece seguir uma linha cronológica, mas um entrelaçamento entre presente e passado nas nossas formações socioeconômica, cultural, comportamental e política. Em meio a estas tensões, encontramos lugares de condensação de um imaginário social – a nossa identidade.

Através do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, buscamos compreender o modo de funcionamento da linguagem, do discurso, “a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico”, como propõe Orlandi (2007). Observamos o discurso em movimento, a sua maneira de significar e produzir sentido considerando seus processos e suas condições de produção – um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade, envolvendo o sujeito (e suas contradições), sua posição social – i.e., sua posição em relação ao modo de produção –, sua ideologia e sua posição na esfera específica em que o discurso é praticado.

Orlandi (2012) observa as relações de sujeitos e sentidos nas quais as identidades são constituídas. Ela afirma que identidades são construções discursivas e estão em fluxo constante e são heterogêneas, fragmentadas e contraditórias. Construções identitárias não estão livres de conflitos, diferenças e tensões. São sempre contestadas, visto que estão em jogo relações de poder e de grupos dominantes, como afirma Benites (2007). A questão da identidade, explica o autor, éposta pelo jogo entre as relações de diferenças, não obstante as políticas que buscam fixar estas identidades. As identidades são também construções discursivas, cujos efeitos são sustentados no/pelo discurso, ga-

rantindo um efeito de completude. Ao usarmos a linguagem, (re)construímos simbolicamente identidades sociais por meio de representações materializadas no discurso. Discursos e identidades, portanto, se imbricam na produção de efeitos de evidência, homogeneidade e estabilidade.

Observamos, aqui, o funcionamento do discurso produzido em torno de determinados lugares sociais, cuja presença-ausência ecoam ao longo do tempo, sendo para designar a si mesmo, ou para (des)identificar-se ao outro. Esses lugares sociais se convergem para construção e cristalização de um imaginário do que é ser brasileiro, associados, geralmente, à uma figura *pacífica, solícita e fraternal*. Os discursos que aqui analisaremos, portanto, incidem sobre uma representação do imaginário político-social brasileiro funcionando no interior das práticas discursivas, contribuindo para a cristalização e/ou o deslocamento de determinados lugares sociais, ocupados pelos sujeitos em uma formação social e moldados em função de condições histórico-ideológicas específicas.

DISPOSITIVO TEÓRICO

Com o presente estudo, não nos preocupamos em fazer um levantamento exaustivo dos discursos sobre a participação do Brasil na missão no Haiti. Entendemos que não seria necessário tal acúmulo quantitativo para depreendermos as regularidades enunciativas que nos interessavam. Deste modo, tomamos como *corpus* o discurso de porta-vozes da República, registros e publicações oficiais do governo brasileiro e buscamos também fazer o levantamento e a análise do funcionamento de discursos no âmbito jornalístico-político através de textos da imprensa, por meio de jornais disponíveis on-line.

Nos filiamos à Análise de Discurso apresentada por Michel Pêcheux (França) e Eni Orlandi (Brasil). Nessa vertente, a partir de uma conjuntura dada – uma *condição de produção*¹ –, uma *formação discursiva*² vai determinar o que pode e deve ser dito. Pensamos a língua em relação ao discurso, lugar em que as formações discursivas representam, ou coincidem, com formações ideológicas (Orlandi, 2008). Desta forma, os sentidos são sempre definidos ideologicamente. Estes autores defendem que não aprendemos os sentidos, os construímos por filiação a redes de memória – o *interdiscurso*³.

Pela linguagem, observamos o processo de constituição imaginária e/ou o modo em que se sustenta a imagem que se criou do Brasil no âmbito da MINUSTAH. Para constituir o nosso *corpus*, foram feitos recortes – sequências discursivas (SD) – de textos sobre os quais se incidiu a análise. São fragmentos da situação discursiva, que podem variar segundo as configurações das condições de produção, o objetivo e o alcance da análise. Para Courtine (2009, 55), as SDs são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, que

1 A exterioridade linguística – circunstâncias, contexto sócio-histórico-ideológico – e estabelece as relações de força dentro do discurso.

2 Manifestação de uma determinada formação ideológica na enunciação; matriz de sentidos que regula o que pode e deve ser dito.

3 Relação entre discursos, isto é, a forma como um discurso se constitui em relação a outro já existente – a ressignificação do sujeito sobre o que já foi dito.

consideramos ser o suficiente para viabilizar a depreensão das formulações discursivas.

Consideraremos SDs apenas os discursos que tratem da presença do Brasil na MINUSTAH, ou seja, que tragam consequências para a nossa análise. Trabalhamos no entremeio da descrição e da interpretação do discurso para investigarmos também quais sentidos são predominantes e/ou silenciados. Investigamos o modo de funcionamento da linguagem, seu efeito de transparência e trazemos à tona a forma como ela se materializa na ideologia, ao passo que a ideologia se manifesta na língua. Da leitura efetivada observamos uma descrição linear de acontecimentos que tem a sua historicidade significativa.

O DISCURSO EM ANÁLISE

À luz da teoria da Análise de Discurso e atravessados pelos estudos da linguagem e seus movimentos, buscaremos compreender o seu funcionamento ideológico, o modo como a história se inscreve na língua, considerando as suas condições de produção.

As SDs que usaremos neste estudo foram extraídas de discursos proférados em distintas condições de produção, em diversos países, por diferentes sujeitos, mas que trazem uma representação da identidade brasileira que se cristalizou no imaginário social e passou a figurar entre as ideias que definem o Brasil, enquanto nação. São sentidos pré-construídos que dão vida a novos possíveis discursos que, sob nossa posição teórica, configuraram uma ilusão referencial (Mariani, 1998).

A MARCAÇÃO DE UM LUGAR IDENTITÁRIO

Para iniciarmos a nossa análise, trazemos as condições de produção de cada uma das sequências, para entendermos os lugares de discursos no espaço sócio-histórico-ideológico. SD1 é o discurso do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de formatura das tropas brasileiras da Missão da ONU, Porto Príncipe-Haiti, em 25/02/2010; SD2 é de um recorte do que discursou o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, em uma reunião com ministros da defesa de países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, 28/11/2011; na SD3, temos outro discurso de Celso Amorim em uma conferência de ministros da defesa das Américas em 08/10/2012; e na SD4 é um recorte do discurso da ex-presidente da república, Dilma Rousseff, na cerimônia de comemoração do Cinquentenário da União Africana, na Etiópia, em 25/05/2013.

[SD1] *Vim ao Haiti para expressar a solidariedade brasileira com esse sofrido povo irmão. Quero reafirmar nosso compromisso em ajudar na reconstrução deste país, que tem dado provas de grande coragem e muita vontade de viver (Brasil, 2010, grifos nossos).*

[SD2] *Cabe a nós, inclusive em função das várias organizações de que fazemos parte,*

contribuir para quebrar o círculo vicioso perverso que tem impedido o *desenvolvimento pleno e a paz* nesse *país irmão* (Amorim, 2016, p. 29, grifos nossos).

[SD3] *Acompanhamos* hoje, com extraordinária satisfação, o *processo de paz* interno em *outro país irmão, a Colômbia* (Amorim, 2016, p. 110, grifos nossos).

[SD4] *O Brasil* vê o continente africano *como irmão* e vizinho próximo. Temos *semelhanças e afinidades profundas* (Amorim, 2016, p. 176, grifos nossos).

Observamos, primeiramente, a importante relação entre os discursos e os seus lugares em um mecanismo que contribui para a constituição da legitimidade de sua posição de sujeito por um lugar institucional. Há uma construção simbólica de um lugar no discurso em que o porta-voz da nação, ao dizer, constrói uma projeção imaginária de proximidade *vizinho próximo* e fraternidade *irmão*, com esses países – identificações imaginárias, que se observam pelo discurso, na relação com o outro, reconhecido como semelhante. É o que acontece na SD4, em que o sujeito-presidente acentua essas proximidades com o sintagma *semelhanças e afinidades profundas*.

No gesto de identificação na SD1, o pronome *nossa* representa um sujeito que funciona discursivamente com um efeito de coletividade entre as partes envolvidas: o presidente e o povo brasileiro, agora uma figura instituída em um só sujeito; e o povo haitiano, de quem se fala, se encontra aí referido como *povo irmão*. O gesto de identificação de coletividade é também possível na formulação *Vim ao Haiti para expressar a solidariedade brasileira*, na qual a posição-sujeito, sujeito-presidente, ao mesmo tempo, se posiciona como porta-voz e anuncia este posicionamento.

Na SD2, a posição-sujeito-ministro, ao dizer *Cabe a nós e fazemos*, diz não somente da posição de porta-voz do povo brasileiro, mas dos presentes, ministros da defesa de diversos países, seus pares. Pela linguagem, analisamos um modo de funcionamento discursivo similar ao que acontece na SD3, quando o sujeito mobiliza o coletivo no sujeito elíptico (*nós*) em *Acompanhamos*. Observamos ainda que, na SD4, há uma representação coletiva pela formulação *O Brasil vê o continente africano como irmão*, em que o sujeito utiliza a terceira pessoa *Brasil* para assumir a palavra em nome do país. Encontramos o funcionamento do implícito em: *outro país irmão, a Colômbia* na SD3, o que só foi possível por conhecermos as condições de produção do discurso, já que este foi proferido do Uruguai. Ao dizer *outro*, o sujeito significa que o Uruguai, anfitrião da conferência, também é um país irmão.

Nas formulações discursivas que interpretam os lugares sociais dos porta-vozes há uma confluência dos diferentes discursos sobre o *outro*, que vai fechando e estabilizando um sítio de significância (Orlandi, 2003) para os países considerados *nossos irmãos*. Entre os excertos há um processo de cristalização em que sentidos se formam e se filiam, adquirem densidade por meio da regularidade e da repetição. É um jogo de força caracterizado pelo *efeito de repetição* – regularização – do mesmo significante (Achard, 2020), *irmão* que desencadeia um efeito de sentido da construção discursiva de uma identidade ficcional. As posições-sujeito instauram uma ilusão de serem unificadas em identificações imaginárias, porém interpretadas como verdade.

Destacamos o papel da memória na produção destes enunciados, o seu

eixo vertical (interdiscurso), o que já foi dito/feito, e que retornam nas formulações (intradisco-
rso). Compreendemos que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Em outras palavras, um movimento de linguagem no discurso que produz a ilusão de que esse dizer é novo – efeito de sentido. O que está em questão, portanto, são as relações de sentido, na mobilidade do discurso. O modo como as palavras tomam o sentido em distintas condições de produção.

Pêcheux (2014) teoriza que o efeito de encaixe do pré-construído e o efeito de articulação dos enunciados são determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso, o que indica o primado do *interdiscurso* sobre o *intradisco-
rso*. Verificamos a estrutura do interdiscurso na correlação nominal das sequências SD1, SD2, SD3 mantida pela formação discursiva político-jurídica capitalista nos itens *compromisso, reconstrução, desenvolvimento e processo de paz* – em diferentes temporalidades e condições de produção, portanto –, que garante uma regularização que se dá pelo reconhecimento do que é repetido pela projeção e pela reprodução do sentido hegemônico (Achard, 2020). Nesse jogo de força simbólico, deriva-se um efeito de homogeneidade no espaço discursivo, o qual Indursky (1992) denomina de *coerência discursiva*.

As repetições e reiterações estão tomadas por uma regularidade, um efeito pendular por vários registros discursivos articulados. Recobramos as reflexões de Courtine sobre o repetível em uma distinta formulação. Assim,

[...] a forma geral, ‘indefinidamente repetível’, a partir da qual se pode descrever a constituição em uma rede de um conjunto de formulações dispersas e desniveladas no seio da formação discursiva (Courtine, 2009, p. 100-101).

Essa reflexão encontra ressonância em Pêcheux, quando ele explana sobre a repetição, na qualidade de

[...] um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço da estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material (Pêcheux, 2020, p. 49-50).

Deprehendemos um deslocamento importante na questão do discurso da fraternidade, que deixa de ser colocado no plano fraternal para ser considerado na ordem político-institucional. Ou seja, o item *irmão* sai de um efeito de literalidade (uma determinada interpretação é apagada) para cair em outro. Os efeitos de sentidos produzidos se sustentam em um imaginário do qual *país irmão* é constitutivo em decorrência desse deslocamento, dessa ressignificação sobre a noção de *irmão*.

Um deslizamento entre saberes e sentidos é produzido a partir das diferentes posições-sujeito, indicando uma mobilidade de linguagem, de inscrições de posições-sujeitos em distintas formações discursivas. Estas, porém, se imbricam ideologicamente no que concerne à posição solidária e fraternal do Brasil nas relações internacionais, que se repetem em distintos dizeres. Trata-se de uma retomada metafórica⁴ que, para Achard (2020), repousa sobre

⁴ Pêcheux (2014, p. 96) denomina *efeito metafórico* como um “fenômeno semântico

uma suposta regularização do funcionamento da palavra no registro fonte (no nosso caso, *irmão*). Isto é, para funcionar e produzir efeito, a metáfora precisa do interdiscurso. Para Motta (2009, p. 111), a metáfora é compreendida “como transferência, retratando como as palavras significam e constroem o sentido, não preso à literalidade, mas no funcionamento da palavra, por seus deslizamentos de sentidos”.

No conflito pela hegemonia e pela regularização dos sentidos, faz-se necessário observar esses deslizamentos e essas retomadas pelo funcionamento da memória discursiva. Pêcheux (2020) vê a possibilidade de articulação discursiva no jogo das metáforas – um retorno da memória a si mesma em uma repetição vertical, antes de se desdobrar em paráfrase. Tal articulação pode ser explorada no excerto do discurso do embaixador do Brasil no Haiti, Igor Kipman, como traz Valler Filho (2007):

[SD5] Tendo em vista as raízes comuns entre os dois países, o Brasil é visto no Haiti como o *irmão maior que deu certo* e que os haitianos almejam imitar. O futebol é a bandeira do Brasil no Haiti, mas em geral o *haitiano tem uma noção bastante clara do que é o Brasil*. Temos religião em comum. Há um elemento de *solidariedade*, que se manifesta em especial no Haiti, onde as raízes culturais comuns são importantes (Valler Filho, 2007, p. 387, grifos nossos).

O termo altivo *irmão maior que deu certo* apresenta um componente semântico que é puramente interpretativo e se inscreve em um funcionamento discursivo em que o determinante *que deu certo* marca o efeito ideológico de um olhar sobre o Brasil. Inscreve-o em uma superioridade cultural, sociopolítica e econômica. Ao significar o Brasil como o *irmão maior que deu certo*, significa também o Haiti como o irmão que *não deu certo* – ou que *não deu certo* até aquele momento, visto que o Brasil teria se colocado ali para *fazer dar certo*. Constitui-se em uma rede de filiações da memória, em que a oposição *quem deu certo vs. quem não deu certo* significa quem é o Brasil e quem é o seu oposto.

É, portanto, um efeito de sentido de hegemonia e superioridade que ressoa neste segmento e busca uma regularização dos sentidos. Somos *irmãos* porque temos a *religião*, a *solidariedade*, e as *raízes culturais* em comum, mas o Brasil é maior porque *deu certo*. Entendemos ser esta a memória discursiva que o Haiti tem sobre o Brasil. Importante retomar Pêcheux (2014, p. 160), quando nos diz que “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’”. Desse modo, observamos no/pelo discurso a inscrição da posição-sujeito, neste caso, em análise, pela formulação com o artigo definido *o* na expressão *o irmão que deu certo*, a qual sugere que os demais irmãos não deram certo, inclusive o Haiti.

As SDs estão parafraticamente relacionadas com as ocorrências que dizem sobre *irmão*. Podemos mobilizar as seguintes paráfrases: *povo irmão*, *país irmão*, *outro país irmão* e *irmão e vizinho*. O efeito de paráfrase discursiva, construída pelas repetições, permite deslocamentos, ressignificações dos sen-

produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo de x e y”. Para teorizá-lo, parte do questionamento: “existe pelo menos um discurso no interior do qual x e y possam ser substituídos um pelo outro, sem mudar a interpretação desse discurso?” (*Idem*, p. 94).

tidos e que variações ocorram e se instalem no processo discursivo, resultando na regularização do sentido (estabilização de processos de produção de sentidos). Pontos de estabilização são encontrados em articulações nas práticas discursivas. Esse funcionamento discursivo, como nos mostra Mariani (1998) é marcado pelas paráfrases. Para ela, a força da repetição parafrástica (como vimos em: *país irmão, povo irmão e irmão que deu certo*) impede a reconfiguração dos processos de significação e impõe um mesmo sentido no discurso.

REPRESENTAÇÕES DE UM IMAGINÁRIO POLÍTICO

O dizer político se insere em uma luta ideológica pela estabilização de sentidos, buscando validar, sustentar ou afirmar posições à medida que nega posições adversas e (re)atualiza ou apaga acontecimentos. Em nosso caso, no tecer da trama do discurso político, o processo de constituição da identidade nacional tem se realizado por representações do Brasil que o ligam a uma figura pacifista e solidária por meio da repetição presente no intradiscurso, produzindo e cristalizando sentidos de um imaginário social.

O imaginário de *tradição pacífica* funciona por uma busca contínua por valores passados, além de promover, dentro do coletivo, o compromisso com a (re)integração de uma suposta origem identitária, como podemos observar no excerto do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 59ª Sessão Ordinária da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em 21/09/2004:

[SD6] *Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos. Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos* (Brasil, 2008, p. 38).

Temos um sujeito que diz na posição de porta-voz e o faz pelo pronome possessivo em *nossas possibilidades*, também pela desinênciia verbal da primeira pessoa do plural em *Não acreditamos* e *tampouco nos refugiamos*, além da terceira pessoa *o Brasil*, para uma representação coletiva; todos atuando na formação imaginária desse sujeito enunciador e seus destinatários. Há um funcionamento ideológico da linguagem no dizer *Sempre que chamado... o Brasil tem contribuído*, que produz pela linguagem efeitos de transparência como se o sentido estivesse à literalidade. É uma determinação ideológica que afeta tanto o sentido do enunciado quanto o próprio sujeito, que articula discursivamente nas relações humanas e impõe modelos de normatização social e também de sentidos. São funcionamentos que nos levam a refletir sobre como a relação do sujeito com o mundo se abre a gestos de interpretação, como observa Motta (2009).

O efeito de naturalização do sentido está também fortemente presente em *Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença*. Há uma exterioridade que intervém materialmente como interdiscurso, fornecendo ao sujeito seus

sistemas de evidências e significações já experimentadas e aceitas (Orlandi, 1987). Um sentido dominante se inscreve na formação discursiva da colaboração brasileira no cenário internacional, institucionalizado pela história que se reposiciona nos processos parafrásticos *superação de crises, ordem constitucional, estabilidade de países amigos e (não) indiferença diante de problemas*, retornando aos mesmos espaços do dizer – a memória.

Um discurso não deve ser analisado de modo isolado, já que este vai estar relacionado com outro discurso. Ao construir seu discurso, o sujeito incorpora enunciados pré-construídos que se inserem na formulação. Neste movimento, os efeitos de unidade e transparência se realizam e se revigoram, assim como as regularidades presentes no nosso *corpus*.

Observemos SDs de fontes não governamentais que tratam da participação brasileira na MINUSTAH. Destacamos um excerto da revista inglesa *The Economist*, que diz sobre o destacamento militar estrangeiro do Brasil:

[SD7] É uma força pequena, mas de enorme significado simbólico [...] isso marca uma nova partida. O Brasil tem sido um *gigante gentil e introvertido*, contente em ser um *espectador* no cenário mundial. Agora isso está mudando (The Economist, 10/06/2004, tradução livre; grifos nossos).

A formulação se movimenta para produzir a notícia, ao mesmo tempo em que age na construção do imaginário social. Os adjetivos *gentil e introvertido* para *gigante* vão reforçando os efeitos de sentido – o modo como o Brasil é significado em termos geopolíticos. Ao fazê-lo, a revista inscreve seu leitor em uma rede de formações imaginárias constitutivas de sua formação social; aciona sua força ideológica para manter a ilusão de transparência no registro de um mundo objetivo (Mariani, 1998).

Em um movimento polissêmico, notamos ruptura de processos de significação: *gigante* em seu tamanho, porém *gentil e introvertido* (ou mero *espectador*) em suas ações. Dentro das condições de produção, porém, algo estaria mudando com o Brasil – o irrealizado surge no já estabelecido. Constrói-se novamente uma representação imagética, um simulacro de porta-voz da opinião pública sobre a imagem do Brasil na esfera internacional. O excerto nos traz uma memória discursiva que produz um efeito imaginário de continuidade ao dizer entre diferentes lugares e épocas – *o Brasil tem sido... agora isso está mudando*. O processo interpretativo se filia a sentidos já existentes ao relacionar um acontecimento a outros. No processo histórico de constituição do discurso institucional se inscrevem elementos *força pequena, mas de enorme significado simbólico, uma nova partida, gigante gentil e introvertido*, que lhe garantem uma identidade estável à medida que mobilizam uma memória.

Ainda no domínio da imprensa, temos a SD da BBC Brasil:

[SD8] Assim que os militares brasileiros entram na favela de Cité Soleil, na capital haitiana, Porto Príncipe, os moradores os saúdam com o termo no dialeto créole *bon bagay*, que, em tradução livre, significa *gente boa* (Garcez, 10/09/2007, grifos nossos).

O sujeito enuncia, a partir de uma posição jornalística discursiva, na forma de testemunho – um relato de si. Para Orlandi (2017), o testemunho

se formula na forma de narratividade, pela qual a memória se diz no sujeito. Pela opacidade da linguagem, observa-se um jogo de imagens produzidas em relação aos militares brasileiros na capital haitiana, pelo atravessamento da memória discursiva constitutiva de imaginário social – o *bon bagay* –, fazendo significar todo um contingente militar brasileiro naquelas condições de produção.

Um outro discurso/testemunho se inscreve na mesma formação discursiva da participação solidária e pacífica do Brasil na missão. São palavras do ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, na cerimônia de encerramento da participação brasileira, em 21/10/2017:

[SD9] Em 2010, eu estive no Haiti em uma missão do Congresso Nacional. Pude ver o grau de destruição e de sofrimento daquele *povo irmão*. Lá atuamos em termos humanitários, de socorro às vítimas, de saúde, em termos praticamente de tudo que nos era demandado, com competência e profissionalismo. Tanto é verdade isso, que no idioma dos *irmãos haitianos* os brasileiros são conhecidos como *bon bagay*, que quer dizer *boa gente*. Brasileiros no Haiti, hoje, são sinônimo de *boa gente* (Brasil, 2017, grifos nossos).

O sujeito se apresenta como fonte do dizer (*eu estive, pude*) em uma formação discursiva que o faz se inscrever no fio do discurso fraternal visto anteriormente nas SD1, SD2, SD3 e SD4. O sujeito se identifica com um imaginário, que se materializa no fio do discurso, do *bon bagay*. O sujeito se inscreve na discursividade para dizer do brasileiro, ao mesmo tempo em que se diz um deles, produzindo um importante espaço de identificação – um processo ilusório que se sustenta nas experiências sociais que se inscrevem na língua e na história. Movido pela formação discursiva dominante, o dizer de Jungmann aciona o imaginário do brasileiro solidário, ao passo que relata e defende as operações no Haiti. Este posicionamento toma corporeidade em termos como: *boa gente, povo irmão, termos humanitários, socorro às vítimas e irmãos haitianos*. A figura do *bon bagay* passa a funcionar como uma ancoragem de dizer, representação material de um lugar social que reverbera como espaço de identificação para o contingente brasileiro.

Investiguemos outra SD feita em um misto de discursos direto e indireto por uma jornalista enviada a Porto Príncipe, a convite do Ministério da Defesa, que relatou:

[SD10] Em Bel Air, o líder comunitário Romeu René, 52 anos, parece grato aos brasileiros. Ele explica que há dois tipos de pessoas no Haiti, ‘as que querem matar e as que querem viver’. Segundo ele, os brasileiros conseguiram *unir a população*, não só *combatendo o crime, mas distribuindo ajuda e dando carinho e atenção*. ‘Eles são diferentes dos outros. Eu sinto que eles entendem nossos corações. Eles querem a paz para o país’, afirma (Stochero, 17/05/2007, grifos nossos).

Depreendemos a densidade ideológica daquele que diz e que se significa no processo de constituição da imagem brasileira, cristalizando sentidos que versam sobre o processo de constituição da identidade nacional e jogando, pela linguagem, com o sujeito-leitor. É a constituição da materialidade de uma certa memória social. Lembremos que o discurso jornalístico funciona na construção de uma realidade, fazendo circular os sentidos de interesse das

instâncias que os dominam. Aqui, é possível depreender a filiação a sentidos comum e dominante, não surpreendentemente, já que a jornalista foi ao Haiti a convite do Ministério da Defesa. O consenso discursivo se confirma por meio de sintagmas verbais *unir a população, combatendo o crime, distribuindo ajuda e dando carinho e atenção*.

Ressaltamos o efeito de evidência neste movimento de silenciamento do outro por uma adesão ideológica explícita, tanto da jornalista quanto do líder comunitário. É um processo que faz com que outras manifestações, reivindicações da maioria, das massas, da população haitiana sejam apagadas e sobrepostas a outros sentidos – a manifestação se ressignifica como um sentimento de gratidão pela unificação do povo haitiano, pelo combate ao crime e pela distribuição de carinho e atenção – um feito ainda inédito em terras brasileiras.

AS QUESTÕES DO SILÊNCIO E DO APAGAMENTO

O efeito da repetição (o grande funcionamento do discurso da MINUSTAH) incide sobre um imaginário solidário, arraigado no processo da ingerência brasileira no Haiti. Nesse percurso, há também o silenciamento. Consideramos importante refletir sobre as lacunas e ausências no processo de constituição da memória histórica, as quais nos instigam a encontrar sentidos outros no discurso da MINUSTAH: o discurso dos omitidos e dos exclusos; as vozes silenciadas. Em nossas análises, o silenciamento acompanha a configuração da constituição da identidade nacional no cenário da MINUSTAH. Ao examinarmos a constituição do *outro*, no fio condutor hegemônico do discurso da/sobre a MINUSTAH, denominações se juntam à memória discursiva para descrever e classificar os haitianos. Mas o silêncio também diz como as formações discursivas se comportam diante do *outro*, do diferente, mais pobre, do irmão que *não deu certo*.

As regularidades e repetições percorrem os discursos sobre a intervenção no Haiti e assumem uma postura sobre o que se quer, pode ou deve tornar visível. É um processo que acaba por silenciar outros personagens que não aparecem no fio discursivo. Para Orlandi (2008, p. 24), o silenciamento é “uma das formas eficazes da prática da violência simbólica, no confronto das relações de força, no jogo de poder que sustenta os efeitos de sentido”.

Importa salientar as diferentes formas de silêncio – explorando as inquietações formuladas por Orlandi (2008; 2012) –, nas quais o *fundador* é aquele sem o qual não há sentido, que significa o não dito e produz condições para significar, “a respiração da significação para que o sentido faça sentido” (2012, p. 128). Há o *Silêncio Constitutivo*, que nos mostra que para dizer é preciso não dizer, já que o dizer apaga outras palavras e produz um silêncio sobre outros sentidos. E ainda, o *Silêncio Local, ou Censura*, que concerne a interdição, o apagamento de sentidos possíveis, porém proibidos. Orlandi (2012) observa que os processos de produção de sentidos são acompanhados pelas formas descritas.

Com base nas reflexões de Pêcheux (2014) sobre os esquecimentos, temos na construção da identidade a contradição, a heterogeneidade, além das

marcas do jogo do mesmo e do diferente. Características que se enredam nos silêncios do interdiscurso constitutivo da identidade brasileira no âmbito da MINUSTAH. Orlandi (2008) considera o silêncio a garantia do movimento de sentidos (ao contrário da linguagem, que o estabiliza), um não dito que é história, visto do interior da linguagem e que, como temos visto em nossa análise, se soma ao interdiscurso para (re)produzir um efeito de sentido único e literal.

Se incorporarmos a relação sócio-histórica do que se quer, pode ou deve ser dito ao silêncio compreendemos como este poder-dizer se constrói historicamente. E, ainda, como esta relação do poder-dizer expressa que tentamos apagar determinados sentidos possíveis, mas indesejáveis ou proibidos, em determinadas conjunturas (Orlandi, 2008).

Vimos em Althusser (1970) como os aparelhos ideológicos do Estado se desdobram para sedimentar as possibilidades significantes, criando assim um apagamento de ordem histórico-político. É neste apagamento ou na reatualização de determinados acontecimentos, no confronto entre formações discursivas, que a direção da trama dos sentidos é tecida (Mariani, 1998). Os processos de apagamento, de naturalização, do já-lá são, portanto, responsáveis por organizar essa trama de filiações dos sentidos em seu efeito de homogeneidade e estabilidade.

Sabemos por Courtine e Marandin (2016) que o saber de uma formação discursiva se dá em função das posições ideológicas que ela representa em determinada condição de produção. Ao incorporar pré-construídos em seu exterior, essas posições são redefinidas e redirecionadas, e elementos próprios, repetições, negações ou o esquecimento são mobilizados.

Orlandi (2012) trata da predominância de uma interpretação e o aparente esquecimento (é necessário esquecer para que surjam outros sentidos) das demais:

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação de redes de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós (Orlandi, 2012, p. 28).

Em nossas pesquisas para a constituição do *corpus*, notamos uma recorrência do apagamento da nação e do povo haitiano como sujeito do discurso, e sua condição de objeto no discurso institucional. Compreendemos que essa articulação resulta na produção interpretativa de um efeito de sentido. Com o processo de apagamento, o sentido produzido nessas condições de produção aparece como o único sentido possível. Da mesma forma que esta produção de sentidos se dá por meio das palavras, ela também se dá através do silêncio.

No espaço político que examinamos neste estudo, sujeito e sentido disputam um espaço de significação no processo histórico de constituição de identidades. Trouxemos algumas críticas e posicionamentos feitos sobre a relação jurídica do governo brasileiro com o que foi denominado *cooperação e busca da paz* no Haiti, seu pertencimento ideológico de submissão ao sistema burocrático da ONU, e a reflexão de que a MINUSTAH nada mais era que um

plano imperialista, que propunha reformas sob as óticas colonialista, capitalista e neoliberal, que pela ingerência se fez solidária. Um fazer político coletivo que levou à subjugação do Haiti e o seu povo.

Os discursos são articulados em tom heroico, no caminho exitoso percorrido pela MINUSTAH, com personagens enaltecidos que aparecem como mensageiros da paz, solidários e bem preparados. No entanto, indagamos se o recurso discursivo à solidariedade pode também ter sido um expediente utilizado pela política externa brasileira para atingir fins fundamentalmente autocentrados ou comodistas. E, ainda, ao buscar justificativas teóricas e políticas para as suas ações militares, o Brasil adentra embates diplomático, legal e moral com a permissividade de intervir em assuntos internos de um outro Estado para fazer cessar abusos de direitos humanos.

Entre outros acontecimentos adormecidos, apagados, silenciados, está o fato de que, antes da missão, o então presidente Jean-Bertrand Aristide teria sido deposto ilegalmente e era, portanto, o presidente legítimo do Haiti. Logo, a MINUSTAH teria coonestado um golpe de estado, sob a coordenação técnica do exército brasileiro⁵. Além disso, a luta contra a pobreza e a violência, bem como a racionalidade no trato da coisa pública e o combate à corrupção eram questões incorporadas no discurso oficial brasileiro como os objetivos básicos da cooperação internacional no Haiti. Parece-nos pertinente apontar que os mesmos problemas eram e continuam sendo os maiores desafios domésticos para o século XXI no Brasil.

O discurso fraternal predominante apaga e mascara os problemas que a nação brasileira compartilha com a nação haitiana: a concentração do poder, a primazia de clãs e/ou famílias na oligarquia política, bens públicos vistos como patrimônio pessoal etc. Silenciamentos e apagamentos são reforçados pelo efeito de naturalização e da unidade – de distintos discursos – produtos da ideologia, sustentando-se sobre o já-dito –, que organizam, portanto, a movimentação e o percurso de sentidos institucionalizados, compreendidos como “naturais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, examinamos os elementos que determinam o sujeito do discurso e como este se apoia no imaginário e mobiliza a memória discursiva, no intradiscorso, aflorando pela formulação questões do social. Trata-se de um movimento de linguagem para se inserir e andarilhar por redes discursivas diversas, correntes políticas hegemônicas e espaços discursivos marcados por confrontos.

Mostramos como a regularidade e o efeito de homogeneidade se fazem presentes no espaço discursivo da MINUSTAH para (re)produzir uma imagem das nossas formação e identidade, além de constituir um imaginário político. A nossa análise nos permitiu tornar visíveis alguns processos que fazem o que é – em uma memória coletiva – característico de um determinado movimento

histórico. São processos discursivos que são determinados pela formação discursiva em que o sujeito se inscreve.

Diferentes discursos trabalham por diferentes processos discursivos, no sentido de construção e de representação como um espaço discursivo de uma homogeneidade imaginária, resultando no apagamento/ocultamento de uma heterogeneidade de discursos. Afetados pela ilusão de subjetividade, estes processos produzem efeitos de sentido de representações pacifista e solidária sob um efeito de memória, de um discurso já constituído.

Salientamos o papel fundamental da memória nas filiações de sentido que reafirma, repete e reitera uma identidade brasileira ao filiar-se ao imaginário do país fraternal e solidário, corroborando o fortalecimento da homogeneidade imaginária do discurso institucional/político *do e sobre o Brasil*.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas-SP: Pontes, p. 13-21, 2020.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AMORIM, Celso, A cooperação de defesa na CPLP. In: **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)** - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG); [São Paulo]: Unesp, 2016.
- BARROS, Antonio Ferreira de. Entrevista concedida em 30/11/2011 ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região. **Fora MINUSTAH!** Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/434/dirigente-sindical-presencia-no-haiti-repudio-a-minustah>. Acesso em 24/09/2023. Acesso em: 05 set. 2023.
- BENITES, Flávio Roberto Gomes. O rasqueado mato-grossense: prática identitária e memória social. In: **III Simpósio Internacional Cultura e Identidades**, Goiânia. v. 1. p. 1-9, 2007.
- BRASIL. Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Documentos da Presidência da República**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Encerramento da Participação Brasileira na MINUSTAH**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/>. Acesso em: 05 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República**. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2023.
- CHALMERS, Camille. **Haiti**: uma história de resistência e organização popular. Entrevista concedida em 12/09/2004 ao Jornal *AlterPresse*. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1673#.X3JeoWhKjIU>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos (1981). Trad.: Cristina de Campos Velho Birk *et al.* São Carlos - SP: EDUFSCAR, 2009.
- GARCEZ, Bruno. **Tropas do Brasil são saudadas como ‘gente boa’ no Haiti**. 10/09/2007. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/>

[story/2007/09/070910_haitisoldadosbrasil_bg_cg](#). Acesso em: 25 set. 2023.

MODEP (Mouvement Démocratique Populaire). **Lettre ouverte à l'Ambassadeur du Brésil en Haïti.** Carta aberta ao Embaixador do Brasil no Haiti publicada em 15/05/2004. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1413#.X3JRTWhKjIU>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no estado de Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2^a ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 7^a ed. Campinas - SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. 2008. **Discurso e leitura.** 8^a ed. São Paulo: Cortez.

ORLANDI, Eni Puccinelli. 2012. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4^a ed. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, (19), p. 1-179. jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Orlando. 5^a ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre *et al.* Papel da memória. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas - SP: Pontes, 2020.

SENADO FEDERAL. Discurso da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). **54ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12/05/2004.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/>. Acesso em: 25 set. 2023.

STOCHERO, Tahiane. **A Missão de Paz no Haiti.** As Forças de Paz no Haiti. 2007. Disponível em: <https://www.batalhaosuez.com.br/antigo/ForcasDePazHaiti.htm>. Acesso em: 05 out. 2023.

THE ECONOMIST, **A giant stirs:** Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be? 10/06/2004. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2004/06/10/a-giant-stirs>. Acesso em: 24 nov. 2023.

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana:** a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática – Brasília: FUNAG, 2007.